

Esquerda não adia nacionalização

BRASÍLIA — Os partidos de esquerda resolveram lutar contra o artigo do anteprojeto da Constituição que deixa para a lei ordinária a decisão sobre estatização de bancos. A informação é do presidente nacional do PT, deputado Luis Inácio da Silva, Lula, com o argumento de que se até o Peru está estatizando seus bancos, o Brasil não pode ficar atrás.

A certeza de que os partidos de esquerda iam se manter em silêncio sobre a estatização dos bancos já era comemorada por constituintes como o senador Roberto Campos (PDS-MT), o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e o deputado Delfim Neto (PDS-SP), todos favoráveis à ampla liberdade de iniciativa nesse campo, inclusive para o capital estrangeiro. Em troca, foi mantido o artigo 24 das Disposições Transitórias, que proíbe temporariamente a instalação de agências de bancos estrangeiros.

"A nacionalização dos bancos é assunto negociável", disse Lula, minutos após chegar de São Paulo. Uma hora depois, o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, em reunião de parlamentares dos partidos de esquerda com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou que não concorda com a remessa da definição do sistema financeiro para a legislação ordinária, como prevê o anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

O PCB, através do deputado Roberto Freire (PE), também fechou posição pela derrubada dos dois artigos. Ulysses prometeu aos representantes dos partidos de esquerda promover um encontro com Cabral.

Imissão já consta de anteprojeto de Cabral

A UDR (União Democrática Ruralista) perdeu o primeiro round na luta da reforma agrária: a imissão de posse dos imóveis que forem desapropriados por descumprimento da função social da propriedade, definida em lei ordinária, está prevista no anteprojeto que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresenta hoje.

A proposta do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte estabelece prazo de 90 dias para que a justiça decida se os desapropriados terão direito a pagamento em dinheiro ou títulos da dívida agrária. Se a imissão for concedida, o proprietário não poderá retomar o imóvel.

Dez artigos — Negociado com várias correntes, o capítulo da reforma agrária tem dez artigos e remete para a legislação ordinária algumas questões polêmicas, como a área máxima da propriedade rural e das glebas a serem redistribuídas. De acordo com o anteprojeto, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 500 hectares a uma só pessoa, física ou jurídica, dependerá de autorização prévia do Congresso, salvo nos casos de cooperativas formadas no processo de reforma agrária.

O relator Bernardo Cabral tentou, mas esbarrou na falta de consenso, incluir artigo semelhante ao da constituição do México, que limita a desapropriação a dois terços da terra e dá ao proprietário o direito de ficar com um terço, a sua escolha.

No texto saído do consenso, Cabral dificulta a aquisição de propriedades rurais por estrangeiros. No caso da pessoa física estrangeira, há a determinação para que lei ordinária limite a compra de terras. No caso da pessoa jurídica estrangeira, a aquisição só poderá ser feita com autorização do Congresso.

Diz o anteprojeto que caberá "à União desapropriar, por interesse social, para fins da reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo a sua função social, em áreas prioritárias, mediante a indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, cuja utilização será definida em lei". Somente serão indenizadas em dinheiro as benfeitorias consideradas úteis e necessárias.

Os títulos da dívida agrária terão seu volume fixado anualmente no orçamento da União, da mesma forma que o montante de recursos em moeda para atender o programa da reforma agrária no ano. Os valores a serem pagos serão fixados em lei pelo Congresso. Obrigatoriamente, as desapropriações serão precedidas de processo administrativo, que incluirá vistoria do imóvel rural, com a presença do proprietário ou perito por ele indicado.

Imissão rápida — A imissão de posse, segundo o texto do relator Bernardo Cabral, será requerida no processo de desapropriação imediatamente após a comprovação do depósito do valor da terra, em títulos, e do valor das benfeitorias, em dinheiro. O proprietário terá prazo de 90 dias para contestar a ação, mas só receberá todo o valor relativo à desapropriação em dinheiro se provar que a propriedade cumpria sua função social e houve erro da União.

Os beneficiados com as glebas do programa de reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, negociáveis por dez anos. As pequenas e médias propriedades rurais — os limites serão estabelecidos em lei — não poderão ser desapropriadas, salvo no caso de não se constituírem em bem útil.

Covas vai falar para vereadores em Niterói

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, fala hoje às 18h, em Niterói, no plenário do III Congresso Nacional de Vereadores, que se realiza simultaneamente com o VI Congresso de Vereadores do Estado do Rio, no ginásio do Canto do Rio. Covas vai falar sobre "As perspectivas que a Constituinte abre para o povo".

Os dois congressos foram abertos ontem e, durante a sessão de instalação, o prefeito de Niterói, Waldenir de Bragança, defendeu como ponto de honra da Constituinte, "para restabelecer de maneira plena o princípio federativo, a consagração da reforma tributária no novo texto constitucional".

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Juristas redigem Carta

A satisfação deles é dar forma legal às idéias dos políticos

BRASÍLIA — Eles também usam pastas, carregadas de livros e propostas constitucionais. Participam das grandes reuniões, anotam sugestões, debatem, pesquisam e sugerem emendas. Entre a ponte-aérea do eixo Rio—São Paulo e os esconderijos da grande comissão da Constituinte atua um pequeno grupo que, no final das contas, é quem vai colocar no papel a futura Constituição. São os chamados "constituintes sem pasta" (sem mandato) — um selecionado corpo de juristas contratados pelas lideranças para dar forma legal às idéias dos políticos.

O professor de Direito Constitucional Miguel Reale Júnior até que tentou, mas não conseguiu, na eleição do ano passado, o mandato de constituinte pelo PMDB de São Paulo. Hoje, quase oito meses depois, está instalado na biblioteca da Câmara, como convidado especial do deputado Ulysses Guimarães, que em matéria constitucional não dá dois passos sem consultá-lo. E é com o peso da influência que tem no gabinete do presidente da Constituinte que, citando o cientista político Bolívar Lamounier, ele faz uma assustadora previsão, caso o parlamentarismo seja adotado pela futura Constituição: "A crise virá antes dos partidos políticos".

Segurança jurídica — Reale Júnior diz que, apesar de ter feito uma revolução em sua vida, a Constituinte tem sido um aprendizado. "Meu prejuízo financeiro é total. Entreguei meu escritório de advocacia aos colegas, que estão muito satisfeitos. Não tenho horário, agenda, mas estou aqui porque gosto disso."

No outro extremo do Congresso, um conhecido jurista, baixinho e magro, é o braço direito do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Peça fundamental na elaboração do "projeto Covas" (um conjunto de sugestões idealizadas pelo senador), José Afonso da Silva, é, como diz o próprio Covas, sua "segurança jurídica numa briga".

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, também

importou seus "seguranças": Carlos Roberto Siqueira Castro, professor de Direito Constitucional da PUC do Rio e procurador da República, e o vice-reitor da Universidade de Santos, Vicente Cascione, que ele trouxe há dois meses de São Paulo especialmente para assessorá-lo.

Siqueira Castro, casado, dois filhos, outro dia teve que fazer consulta jurídica por telefone; de seu apartamento no Rio, sua mulher lia trechos de livros especializados para que ele concluísse seu trabalho. Castro instalou-se num hotel em Brasília há mais de três meses, e praticamente abandonou seus alunos da faculdade. A oportunidade de trabalhar na Constituinte, segundo ele, tem sido uma experiência extraordinária. "Estou sentindo a reserva mental das pessoas. Nós estamos na assessoria falando a mesma língua dos constituintes, mas não temos mandato".

Vicente Cascione, de São Paulo, vive entre a ponte-aérea e os esconderijos onde Bernardo Cabral reúne a grande comissão. "Vou ver a família e volto. Isso aqui é um PhD intensivo, uma dedicação incrível", disse. Cascione impressionou-se com o que chamou de "falta de visão do interesse público de algumas pessoas, que colocam seus interesses pessoais acima de tudo". Mas, de tudo, o que mais se orgulha é ter conseguido inserir no projeto algumas sugestões, especialmente na área de direito individual. "Saber que algum dia pude colocar algumas regras na futura Constituição valeu 45 anos de vida", diz.

Assessoria especial — Os políticos e a pequena comissão de juristas não estão sozinhos. Das pouquíssimas pessoas que têm acesso às reuniões em que o relator Bernardo Cabral decide o projeto da Constituinte, apenas três técnicos do Congresso participam do concorrido debate. O economista Eduardo Jorge, o sociólogo Eduardo Graiff — assessores do senador Fernando Henrique Cardoso, e o cientista político Antônio Carlos Bojo, que chegou há meses do Estado Unidos com o título de doutor em ciência política da Universidade de Albany, em Nova York.

— Nosso trabalho é duro e cansativo. Como não fui eleito nem apanhador de cachorro, não mudo uma vírgula. As decisões são dos políticos. Minha função é técnica — diz.

Descontentes procuram Ulysses

Líderes dos partidos de esquerda e representantes da ala esquerda do PMDB procuraram ontem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para reclamar contra o método adotado pelo relator Bernardo Cabral na preparação de seu substitutivo, que consideram excludente. Eles criticaram o isolamento das negociações no 24º andar do Banco do Brasil e acusaram Cabral de ter se limitado a conversar com o centro e a direita.

Reuniram-se com Ulysses, pela manhã, o líder do PT, Luis Inácio da Silva, Lula, do PDT, Brandão Monteiro, do PSB, senador Jamil Haddad, do PC do B, Haroldo Lima, além dos deputados Paulo Ramos, Néilton Friedrich e Vasco Alves, integrantes do MUP (ala esquerda do PMDB), e José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio, do PT.

Fusão fica em lei complementar

A possibilidade de se realizar um plebiscito para decidir, 13 anos depois, a sorte da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro vai depender de uma lei complementar, entre as que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, vai recomendar no anteprojeto da nova Constituição.

Cabral foi convencido na última sexta-feira, pelo deputado José Maurício, secretário de Minas e Energia do Estado do Rio no governo Leonel Brizola, de que a Constituinte, "convocada para varrer por completo o entulho de leis casuísticas deixado pelo autoritarismo", não poderia se omitir na questão da fusão Rio de Janeiro-Guanabara, "decidida sem consulta pré-

Na conversa com Ulysses, o grupo ameaçou apelar para a tática de obstrução no plenário, caso a esquerda continue se considerando excluída das negociações. "Representamos quase 150 votos no plenário e não admitimos ser marginalizados", disse Paulo Ramos.

O presidente da Constituinte ficou de procurar o relator para discutir o problema, mas lembrou que, segundo o regimento, o substitutivo que está sendo preparado, agora, é da responsabilidade de Cabral mas ainda será submetido ao debate na Comissão de Sistematização, que aprovará um segundo substitutivo. Nessa próxima fase, que julga a mais importante, Ulysses pretende acompanhar de perto as discussões. Ele se comprometeu a promover reuniões constantes com todas as correntes e partidos, para evitar possíveis exclusões.

via às populações interessadas". O relator da Comissão de Sistematização achou correta a lembrança do parlamentarista e prometeu, então, que deixaria uma brecha para que a questão pudesse ser resolvida através de Lei Complementar.

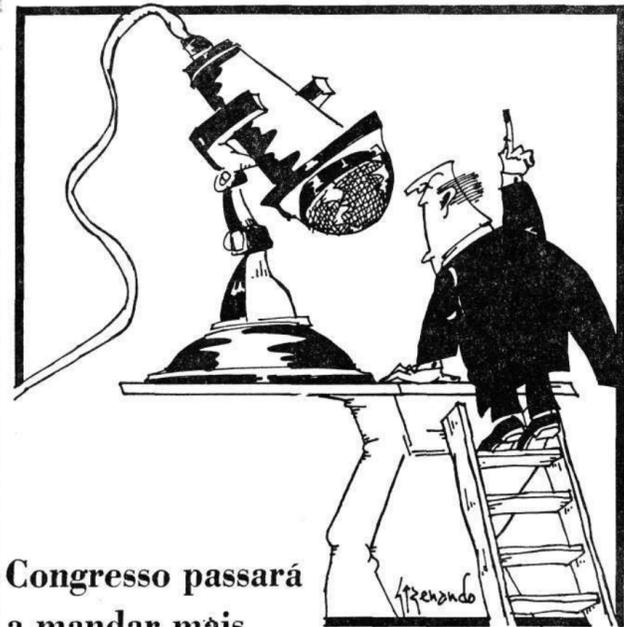
Antigo advogado de causas eleitorais e constitucionais — foi durante muito tempo procurador do MDB e do PDT no Tribunal Regional Eleitoral —, o deputado José Maurício apresentou à Comissão de Sistematização uma emenda de adequação de texto para garantir a discussão sobre o plebiscito em torno da fusão logo depois de pronta a nova Constituição, quando pretende apresentar, com o apoio de representantes de diferentes partidos, o anteprojeto de lei complementar.

Sudene entra na negociação sobre a forma do regime

BRASÍLIA — Apesar de praticamente confirmada, a demora da indicação do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para a superintendência da Sudene tem uma explicação: integra-se à estratégia que o presidente José Sarney resolveu montar com o objetivo de enfrentar a tendência parlamentarista da Constituinte. Um assessor do Palácio do Planalto informou que Sarney foi tomado de surpresa pela euforia dos parlamentaristas e tenta, desde então, improvisar um bloco de apoio, ainda que provisório, capaz de assegurar a manutenção do regime presidencialista.

A nomeação do novo superintendente da Sudene entrou nesse esquema, a partir do momento em que o PFL de Pernambuco, um dos segmentos mais fiéis ao governo, passou a resistir à indicação de Carlos Wilson. O presidente sentiu-se obrigado, ante esse fato, a examinar com cautela a indicação feita, a seu próprio pedido, pelos nove governadores do Nordeste. Segundo esse mesmo assessor, o problema da Sudene não oferece, porém, riscos maiores à nova estratégia do governo. É que além das divergências serem superáveis, os principais líderes da Aliança Democrática em Pernambuco — Miguel Arraes (PMDB) e Marco Maciel (PFL) — são defensores do presidencialismo e não mudariam de ideia, na eventualidade de se confrontarem com o Palácio do Planalto.

Diante disso, o presidente, considerando o peso da indicação dos governadores, deverá confirmar o nome de Carlos Wilson. Na avaliação do governo, é muito melhor enfrentar o PFL de Pernambuco, até porque sua reação não ultrapassaria as fronteiras do estado, do que a hostilidade de nove governadores, entre os quais, apenas o baiano Waldir Pires, coordenador da indicação do vice-governador pernambucano para a Sudene, é um declarado parlamentarista.



Congresso passará a mandar mais

Imagine o presidente José Sarney sendo obrigado a pedir autorização ao Congresso para poder mandar construir a ferrovia Norte-Sul. Ou tendo que submeter ao seu crivo a política industrial que criará no país áreas unicamente ocupadas em produzir para exportar. Imagine Sarney impedido de anistiar quem atente violentamente contra a Constituição — como ocorreu com os militares que se rebelaram em Araraquás e Jacareacanga, anistiadados, depois, pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

O Congresso que emergirá da atual Assembleia Nacional Constituinte terá, entre outros, o poder de aprovar "previamente a implantação de obras federais de grande porte". Decidirá sobre a execução de "planos e programas nacionais" e, através de lei aprovada por dois terços dos deputados e senadores, poderá "conceder anistia a autores de atentados violentos à Constituição".

O fortalecimento do Poder Legislativo através de uma ponta à outra o substitutivo ao projeto de Constituição que o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, entregará hoje ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. O capítulo "Das atribuições do Congresso Nacional" foi o que mais resistiu à alterações ao longo das etapas, percorridas até agora, pelo esboço da futura Constituição. Sobreviveu às críticas da direita e às tentativas da esquerda de ampliá-lo.

"Mas importante do que toda essa discussão a respeito de presidencialismo e parlamentarismo é a conquista, pelo Congresso, de prerrogativas que perdeu e de outras que poderão reforçá-lo", acredita o deputado Jaime Santana (PFL-MA). A revitalização

Na reta final

O processo de elaboração da futura Constituição entra agora na fase decisiva e aguda das negociações políticas que envolvem os partidos e o presidente da República. A divulgação, hoje, do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, se seguirá um prazo de seis dias, durante o qual deputados e senadores poderão apresentar novas emendas ao documento proposto. Cabral apresentará seu último substitutivo ali pelo dia 10 de setembro. Até o dia 20 ele deverá ter sido votado pelos 93 membros da Comissão de Sistematização. A Constituição que sair dessa comissão dificilmente será alterada pelo plenário da Constituinte, que precisará reunir 280 votos, de 559 possíveis, para derrubar qualquer dos seus artigos.

Pinga-fogo

* De última hora, o deputado Bernardo Cabral poderá introduzir mudanças no seu substitutivo onde trata da questão indígena e da preservação do meio ambiente.

* De Ronaldo Caiado, presidente da UDR: "A imissão imediata na posse da terra nos casos de desapropriação para reforma agrária é o AI-5 do PMDB disparado contra nós."

* O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) fez ontem uma profecia: "Se Sarney

do Congresso tem o dom de unir os contrários. "Creio que o capítulo das atribuições do Legislativo será aprovado sem maiores discussões quando o plenário da Constituinte o examinar", imagina o deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ).

Poderá o futuro Congresso o que não pôde nos 22 anos de autoritarismo militar e até mesmo algumas coisas que não pôde entre a Constituinte de 1946 e a eclosão do movimento de 31 de março de 1964. Poderá, por exemplo, ratificar ou não a concessão de emissoras de rádio e televisão, que hoje só depende do presidente. Será do Congresso, não mais do Conselho de Segurança Nacional, a atribuição de definir os objetivos "nacionais relativamente à ação do Poder público em todas as matérias".

Sairá de cena, por exemplo, o binômio "segurança e desenvolvimento", que carrega a marca da ideologia da segurança nacional, e poderá entrar qualquer coisa, digamos, que privilegie a erradicação da pobreza. A história secreta da repressão militar à subversão na década de 70 poderá se tornar, afinal, conhecida — basta que assim o decida o Congresso, a quem caberá estipular prazos para a desclassificação de "informações sigilosas".

O estado de sítio somente será decretado pelo Congresso, que hoje está limitado a aprová-lo ou não. O presidente da República perderá o poder de decretar medidas ou o estado de emergência, que suspende as garantias individuais do cidadão, sem ouvir o Congresso. Elas serão substituídas pelo estado de defesa, que só poderá vigor com a anuência do parlamento. "Desse jeito, acabaremos em uma democracia", gracinha o deputado José Thomás Nonó (PFL-AL).

A preocupação de Ulysses

■ — Sempre fui presidencialista, o sr sabe, mas reconheço que o parlamentarismo é o melhor para o momento que o país atravessa — argumentou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) em encontro, antecedente, com o deputado Ulysses Guimarães. — E o Covas? Qual a posição dele? — indagou Ulysses interessado. — Ele era parlamentarista mas agora mudou e defende o presidencialismo porque é candidato a presidente da República — arrematou Fernando.

insistir em torpedear a aprovação do parlamentarismo, correrá o risco de ver seu mandato reduzido para quatro anos."

* Do senador Fernando Henrique Cardoso, ao saber que Sarney é contra o parlamentarismo porque é a favor de eleições diretas para presidente: "O quê? Ele é o último que pode falar alguma coisa em nome das diretas."

Ricardo Noblat

Jânio age no 26º aniversário de sua renúncia

SÃO PAULO — Os grafites não poderão ser executados em postes, unidades militares, monumentos e residências, mas os de valor artístico ganharão um lugar apropriado, talvez um muro de 205 metros na Zona Sul; a Prefeitura terá, o mais breve possível, a "relação completa" das árvores plantadas em São Paulo; quatro secretários municipais vão listar os políticos que frequentam o restaurante "La Tambouille" e o clube "Gallery", que deverão ser vistoriados e, se for o caso, multados; e, de agora em diante, todos os cemitérios da cidade serão iluminados, para que os túmulos não sejam mais violados.

Com essas providências — anunciadas no estilo "bilhetinhos" no Diário Oficial de ontem — o prefeito Jânio Quadros marcou o 26º aniversário de sua renúncia à presidência da República, a 25 de agosto de 1961, pouco menos de três anos antes de os militares tomarem o poder. Ao contrário daquele dia, em que comparecera à solenidade do Dia do Soldado, em Brasília, Jânio não teve ontem qualquer compromisso oficial. Continuou com os exames clínicos iniciados há dias, e os primeiros resultados o deixaram animado: a virose, que lhe havia atacado os brônquios, deixando-o insone e inapetente, começa a ceder, e ele, como disse, está "apto para o trabalho".

COMPRAR.
VENDER.
ALUGAR.
TUDO.

JORNAL DO BRASIL
Classificados